

ICMBio

Edição 492 - Ano 11 – 1º de novembro de 2018

em foco

Aberto prazo para preenchimento
do SAMGe PÁGINA 4

Criada Rede de
Trilhas do Mosaico
do Baixo Rio Negro

PÁGINA 2

ICMBio Terra do Meio
intensifica proteção
ambiental

PÁGINA 14

Médio Juruá recebe
seminário de cadeias
produtivas

PÁGINA 6

Pegada em formato de quelônio marca nascimento do Caminhos do Rio Negro

Caminhos do Rio Negro nomeia a Rede de Trilhas lançada pelo Mosaico do Baixo Rio Negro, na última semana, em Novo Airão (AM). O mosaico é composto oficialmente por 11 unidades de conservação com grande potencial de visitação, que contam com uma vasta malha de trilhas terrestres e aquáticas, conectando os visitantes por florestas de terra firme, campinas, campinaranas, igapós, lagos, praias e comunidades tradicionais, entre outros ambientes.

A pegada que identifica a nova trilha ganhou o formato de quelônio, remetendo à marca do próprio mosaico. Com idealização de Josângela Jesus, criação de Ângela Midori, ambas analistas ambientais do ICMBio, e finalização do renomado designer de Manaus, Sílvio Sarmento, sua criação seguiu as instruções do Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio e deverá ser aplicada nas trilhas das unidades de conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro.

A escolha da pegada para o Caminhos do Rio Negro contou com a participação de membros do conselho consultivo e parceiros. Entre cinco opções, duas receberam o maior

número de votos e passaram por um teste de aplicação em diferentes texturas: árvore e muro. A pegada vencedora apresentou menor chance de borrões, o que, além de dificultar a identificação, ainda pode dar um ar de falta de cuidado à trilha, conforme prevê o manual.

IMPLEMENTAÇÃO

A próxima etapa da implementação dos Caminhos do Rio Negro será a capacitação dos atores locais para a sinalização das trilhas que já estão em uso, como nos parques nacionais do Jaú e de Anavilhanas, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.

A criação da Rede de Trilhas do Mosaico do Baixo Rio Negro vai ao encontro do lançamento da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, assinada em outubro pelos ministérios do Turismo e do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes, durante a 19ª Adventure Sports Fair, considerado o principal evento latino-americano de Turismo de Aventura e esportes ao ar livre.



Maria Saúde Barbosa

Teste das pegadas

Flona Mário Xavier comemora 32 anos



Acervo Flona Mário Xavier

Trilha do Triângulo

Um evento com a participação de conselheiros, moradores do entorno e parceiros marcou a comemoração dos 32 anos da Floresta Nacional (Flona) Mário Xavier (RJ), antigo Horto Florestal. A programação diversificada contou com mostra de fotografias, palestra, plantio de mudas e realização de trilha.

Ricardo Nogueira, chefe da unidade, apresentou em sua palestra a evolução da área protegida desde quando era um horto florestal até tornar-se uma floresta nacional. Além de apresentar os instrumentos de gestão implementados e as atividades atuais, ele falou sobre os desafios na gestão da unidade, entre eles proteção dos ambientes de reprodução da fauna, controle da exploração ilegal dos recursos naturais e aproximação com a comunidade do entorno.

Uma das próximas ações na qual a gestão da unidade irá trabalhar em breve, apresentada durante a palestra, é a elaboração do plano de manejo. “Estamos apenas aguardando a aprovação do termo de referência para lançamento de um edital para contratação de empresa especializada na elaboração do documento, de acordo com a metodologia coordenada pela Comam”, explicou Ricardo.

Em outro momento, Karine Bueno Vargas, professora da UFRRJ, falou sobre a guarda compartilhada da Flona com a população de

Seropédica e o desenvolvimento de projetos socioambientais. A pesquisadora apresentou informações sobre a elaboração de roteiros biogeográficos para as trilhas da Flona, o que tem por objetivo principal a aproximação do ser humano com o meio ambiente, proporcionando, por meio de caminhadas pela floresta, um conhecimento mais detalhado sobre as características da paisagem

“O trabalho realizado na Floresta Nacional Mário Xavier é importante tanto para a floresta quanto para o município já que a conservação das áreas verdes em áreas urbanas possui infinitas funções relacionadas à qualidade ambiental, como purificação do ar, controle de erosão, diminuição das temperaturas em seu domínio e conservação da biodiversidade”, explicou Karine.

Para finalizar, os participantes fizeram o plantio simbólico de 32 mudas de árvores de espécies nativas da Mata Atlântica em comemoração ao aniversário. Os interessados também puderam percorrer a Trilha Ecológica/Biogeográfica do Triângulo, que apresenta um percurso de aproximadamente 1.300 metros.



Acervo Flona Mário Xavier

Plantio de muda pelo chefe da unidade

Aberto prazo para preenchimento do SAMGe



Está aberto até 31 de dezembro o prazo para preenchimento do SAMGe (Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão). A nova plataforma on line foi lançada, na última semana, em evento realizado na sede do ICMBio, em Brasília.

Com a presença de parceiros que contribuíram no desenvolvimento do sistema, os presentes conheceram como o SAMGe pode contribuir com as atividades realizadas pelo ICMBio na sede, nos centros e nas próprias unidades de conservação (UCs). Todas as UCs são chamadas a participar desta iniciativa, que avalia o cumprimento de políticas públicas relacionadas com os objetivos de criação de cada unidade, analisa a sua efetividade e permite a compreensão de sua dinâmica territorial.

No evento, o presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, comemorou o lançamento do sistema e agradeceu aos parceiros pelo apoio em sua construção. “Esta ferramenta tem uma disponibilidade enorme. Tenho certeza de que o que exploramos hoje do SAMGe é apenas uma parte do que conseguiremos fazer com ele nos próximos anos. Destaco que sem as

nossas parcerias não conseguiríamos avançar”, afirmou.

O SAMGe permite o diagnóstico da UC a partir da identificação dos recursos e valores (os alvos de conservação), dos usos (interfaces entre alvos e sociedade) e das ações de manejo realizadas pelo órgão gestor no território da área protegida e eventualmente em seu entorno.

CICLO 2018

O ciclo SAMGe 2018 será realizado integralmente na nova plataforma online, disponível em samge.icmbio.gov.br. “Ela traz melhorias ao processo de análise da efetividade das unidades por meio de uma interface simples e objetiva, otimizando o tempo de preenchimento e favorecendo o entendimento das relações entre os Recursos e Valores, os Usos e as Ações de Manejo para cada unidade”, destacou Fabiana Hessel, chefe da Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação.

São oito passos de preenchimento até gerar o Painel de Gestão, com o retrato da gestão

da UC no ano de avaliação. Na plataforma online, também está disponível uma ferramenta de espacialização, facilitando a identificação territorial de cada feição e a organização e visualização dos arquivos em ambiente webgis ou SIG (sistema de informações geográficas).

O material de apoio ao preenchimento do SAMGe 2018, incluindo o Manual SAMGe 2018 contendo todas as informações necessárias ao preenchimento, assim como os vídeos tutoriais e outras informações pertinentes, está disponível em www.icmbio.gov.br/portal/efetividadesgestaodeucs.

As planilhas nas versões Excel poderão ser acessadas junto ao material de apoio ao preenchimento como opção para as UCs com dificuldade de acesso à internet e à plataforma online SAMGe. Nesse caso, o preenchimento será offline, encaminhando-se os arquivos para samge.recebimento@icmbio.gov.br, com cópia para o e-mail da coordenação regional de vinculação, dentro do prazo de preenchimento. Ao optar pelas planilhas Excel, a recomendação é de que não se realize a espacialização.

POTENCIALIDADES

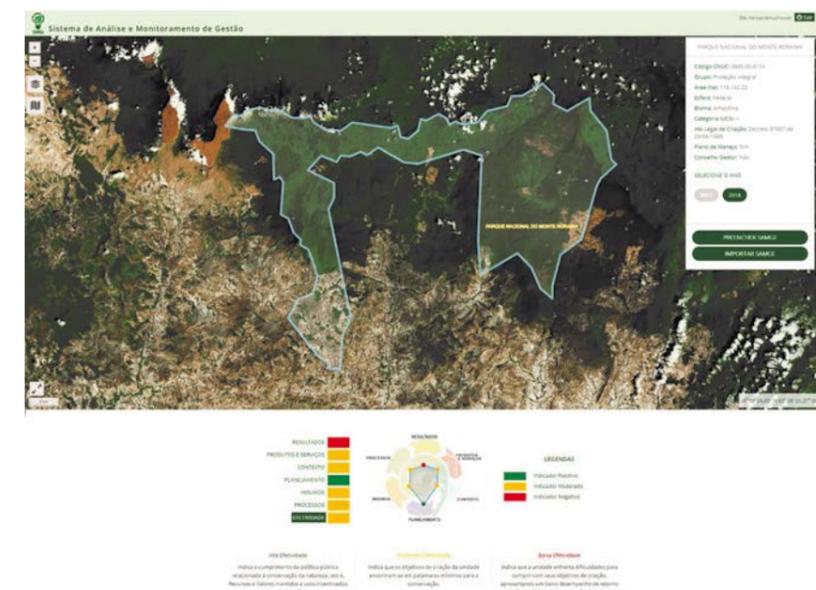
A partir dos dados preenchidos por cada unidade, poderão ser gerados relatórios utilizando filtros como coordenação regional, categoria de unidade e outras grandes temáticas do ICMBio. Nesse sentido, Ricardo Bro-

chado, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, chamou a atenção para “a potencialidade do sistema em subsidiar as tomadas de decisão da instituição ao permitir o olhar detalhado sobre as unidades de conservação, para o que elas existem, o que está ocorrendo em seus territórios, o que estamos fazendo ou deveríamos fazer, entre outros aspectos”.

O SAMGe tem potencial para ser aplicado em todo o sistema nacional de unidades de conservação, nas esferas federal, estadual e municipal. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Áreas Protegidas, tem articulado com os estados a realização do diagnóstico de gestão a partir do sistema.

Desde 2015, 11 órgãos estaduais de meio ambiente já foram capacitados para utilização do SAMGe, gerando o cenário de gestão para aquele ano em análise, apresentando subsídios para a tomada de decisão e auxiliando o planejamento. Parceiros de agências de cooperação internacional também apresentaram interesse na apresentação do sistema em outros países, a exemplo do projeto IAPA, desenvolvido em toda a região amazônica.

O novo sistema foi desenvolvido com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, WWF, GIZ, Projeto Life Web e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).



Médio Juruá recebe seminário de cadeias produtivas



Bruno Bimbato

As curvas do sinuoso rio Juruá, no estado do Amazonas, guardam uma imensa biodiversidade, riqueza compartilhada e protegida por povos tradicionais que têm na natureza seu sustento, garantia do modo de vida e identidade cultural. Por meio da gestão compartilhada dos territórios, quase 700 famílias, totalizando 4 mil pessoas, vivem nas duas unidades de conservação contíguas, no município de Carauari, nas margens do Médio Juruá - a Reserva Extrativista do Médio Juruá e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari (RDS estadual).

Em busca de potencializar as cadeias produtivas já existentes e pensar em outras com grande potencial de implementação, mais de 214 extrativistas, representando 45 comunidades, além de 30 instituições governamentais, privadas e ONGs, participaram do Seminário de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do Médio Juruá, durante os dias 17 a 19 de outubro.

A Coordenação-geral de Populações Tradicionais (CGPT) idealizou e articulou o seminário

com a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc). A intenção era avaliar o que está sendo feito com as cadeias já existentes e como pensar em novas cadeias produtivas de acordo com as demandas locais, levantando desafios, oportunidades e troca de experiências entre os atores envolvidos em cada processo.

Bruna De Vita, coordenadora-geral de Populações Tradicionais, diz que, sempre que o ICMBio visita as reservas extrativistas, o órgão potencializa também as parcerias. "Buscamos trazer os parceiros mais estratégicos para dentro da reserva para que eles conheçam a realidade das comunidades e como estão organizados socialmente. O resultado foi que ao longo do seminário muitos parceiros estreitaram laços e trocaram experiências sobre os trabalhos desenvolvidos", afirmou.

Para Manuel Siqueira, presidente da Asproc, o seminário foi fundamental para pensar em novos mercados para os produtos extrativistas e como os parceiros e instituições que já traba-

ham com essas cadeias podem ajudar os coletores do Médio Juruá com novas informações e na busca pela constante melhoria da produção.

Outro destaque do seminário foi o debate sobre acesso às políticas públicas pelas associações do Médio Juruá, como a PGPM-Bio, que garante o pagamento de preços mínimos para alguns produtos da sociobiodiversidade. "Nossa expectativa com o seminário é tentar colocar o açaí no PGPM-Bio porque hoje o valor pago pelo produto na região está abaixo do que é comercializado", diz Raimundo Notato, presidente da Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo.

PARCERIA INTERNACIONAL

Além de instituições brasileiras, dois representantes de parques nacionais da Colômbia também participaram do seminário para aprender mais sobre como o Brasil executa políticas de fomento às atividades de desenvolvimento sustentável em unidades de conservação de uso sustentável.

Jerônimo Pulido, chefe do Parque Nacional Natural de Chiribiquete, comenta a experiência de ter participado do evento: "É muito bom para nós conhecer como o Brasil e suas reservas extrativistas conseguem realizar um trabalho articulado entre as instituições e as comunidades tradicionais, que permite conservar a biodiversidade, mas que também possibilita o uso susten-

tável para melhorar a vida das comunidades". A visita faz parte de um acordo de colaboração internacional entre a Colômbia e o Brasil.

USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS

Pirarucu, murumuru, andiroba, cuúba, açaí, farinha e borracha. São muitos os produtos obtidos com o extrativismo no Médio Juruá, e as populações tradicionais sabem que o manejo correto é a melhor forma de garantir o sustento e ao mesmo tempo preservar a floresta.

Com o tempo, as comunidades se fortaleceram e aprenderam que juntos podem construir uma rede orgânica capaz de fortalecer todo processo de trabalho, aprimorando as cadeias produtivas e agregando valor ao que é extraído da floresta. Isso possibilitou, por exemplo, que aumentasse a oferta de óleos vegetais, como o murumuru, que hoje é vendido integralmente à empresa que utiliza a matéria-prima para produzir cosméticos.

Em 2016, com o apoio da Fundação Banco do Brasil, a Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá (CODA-EMJ) começou a construção de uma nova planta física e a adquirir novos equipamentos para melhorar a produção e a capacidade de processamento de óleos vegetais. Com isso, pretende-se expandir a produção e qualidade dos produtos, propiciando maior retorno financeiro aos coletores de sementes.

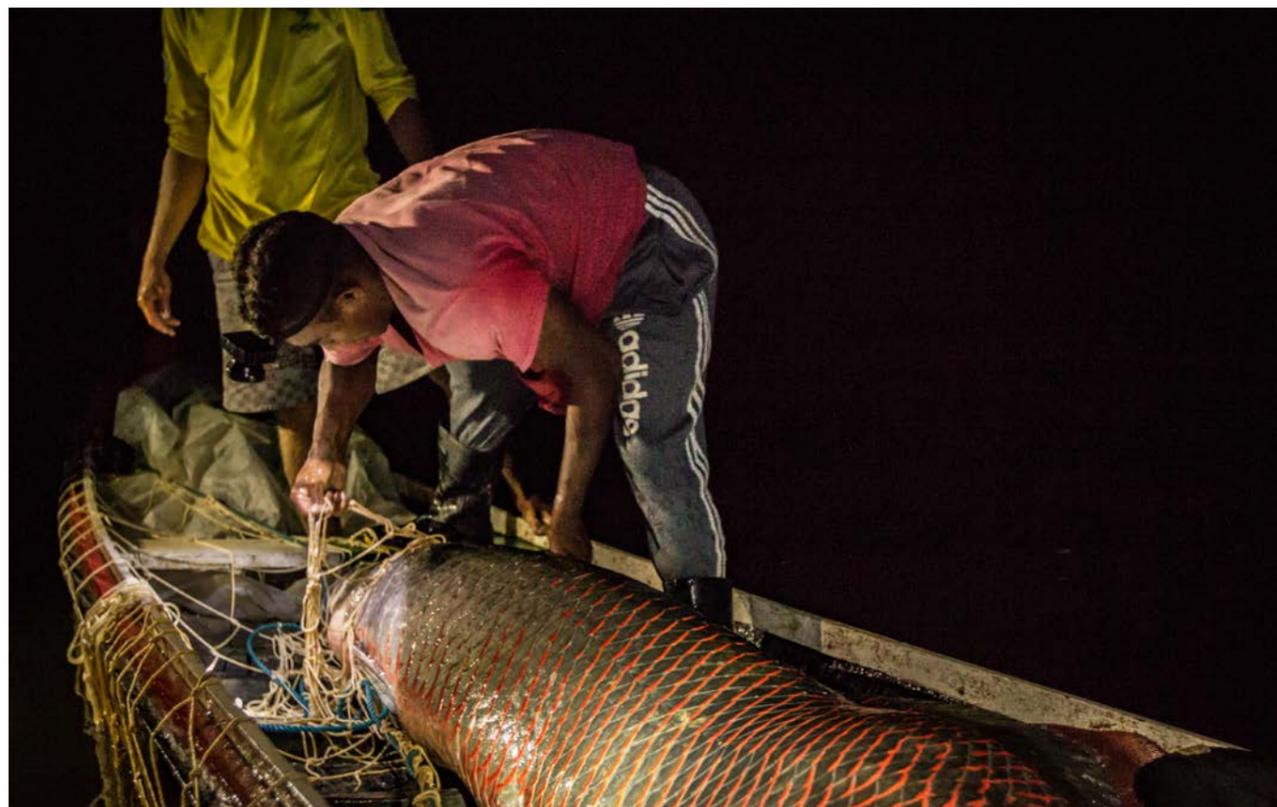


Roberto Wickert apresenta alguns produtos da Mercur



Beneficiamento de óleo de Murumuru

Bruno Bimbato



Bruno Bimbatto

Manejo de Pirarucu na Resex Médio Juruá

A presença de outras instituições também é fundamental para pensar as cadeias atuais, trazendo empresas que buscam estabelecer uma cadeia sustentável da borracha, com base em modelos de negócios inovadores que promovam condições sustentáveis de produção florestal, ao mesmo tempo que contribuem para a preservação da cultura e desenvolvimento das comunidades extrativistas, de forma a garantir um preço de venda mais justo ao extrativista.

Roberto Wickert, representante da Mercur no seminário, diz que é muito importante ter participado dos debates para contar a experiência da empresa comprando borracha nativa na região da Terra do Meio e no Acre. "Ficamos extremamente felizes em chegar em um espaço como esse, do Médio Juruá, e ver uma comunidade que já está há quase 30 anos fazendo um trabalho de organização, testando modelos e usando tecnologias sociais que permitem que seja uma comunidade engajada, com boas práticas de gestão e planejamento", complementa.

Além das cadeias já existentes, há uma demanda da comunidade em diversificá-las, incluindo o manejo do jacaré, de quelônios e de

madeira. A participação de extrativistas de outras reservas, professores, técnicos e instituições ajudaram as comunidades do Médio Juruá a pensar como desenvolver um plano de trabalho levando em consideração os desafios logísticos e legais, o mercado e o processamento das novas cadeias produtivas.

Bruna De Vita comenta sobre as possibilidades de ampliar as cadeias produtivas na região: "Quando pensamos no manejo dos quelônios, com uma regulamentação da criação dos animais pelas comunidades, também fortalecemos a conservação da biodiversidade. Podemos usar o manejo do pirarucu como exemplo, no qual podemos observar o crescente número de indivíduos, ao longo dos anos, a partir do manejo".

Com a possibilidade do manejo, as próprias comunidades passam a vigiar e controlar mais os territórios, extraindo apenas a cota autorizada, inibindo a pesca e a coleta ilegal de recursos da região e fazendo também o monitoramento das espécies, de forma a garantir o equilíbrio de todo o ecossistema.

Parna Monte Roraima revitaliza trilhas

A equipe de Uso Público e Negócios do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Roraima deu início à primeira etapa de revitalização das trilhas do Parque Nacional (Parna) Monte Roraima. A iniciativa fez parte da "Expedição ao Monte", promovida no período de 10 a 20 de outubro.

A ação foi baseada no Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio, que padroniza a sinalização das unidades de conservação do Brasil. A pegada escolhida para o Parna tem o formato de bota e dentro a logo do parque. Ela foi pintada sobre superfícies rochosas ao longo da trilha, de forma a garantir uma melhor visibilidade do caminho a ser percorrido pelo turista/guia.

A ideia foi sinalizar a trilha principal na cor amarela, que se inicia no Vale dos Cristais, passa

pelos arredores do marco da tríplice fronteira entre Brasil/Venezuela/Guiana e finaliza na Gruta do Coati, que é o local onde os turistas acampam para pernoite, funcionando como uma espécie de "hotel" em cima do platô.

Nas próximas expedições, pretende-se estender a sinalização para as trilhas secundárias com as cores verde, vermelho, azul e laranja, indicando os atrativos da parte do Brasil, como o Mirante do Cotingo, Mirante Sunrise, Mirante da Pedra do Gavião (BV1 – Marco Brasil/Venezuela1) e Mirante do Roraiminha (BG1 – Marco Brasil/Guiana1). Com o intuito de ordenar a visitação e minimizar os impactos decorrentes, serão implementadas obras de arte, como instalação de passarelas suspensas em alguns pontos para evitar o pisoteio e manter a vegetação intacta.



Acervo Parna Monte Roraima



Projeto realiza roteiro experimental de turismo de base comunitária

Lais Correard



Durante três dias, de 17 a 19 de outubro, agentes de viagem e profissionais do setor do turismo da Chapada Diamantina (BA) puderam vivenciar a diversidade e o potencial turístico do entorno dos assentamentos rurais de Itaetê, localizado no sul do parque nacional. O roteiro experimental faz parte do projeto “Integrando iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) com o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) e Parque Natural Municipal de Andaraí – Rota das Cachoeiras”, que está sendo executado pelo ICMBio.

A iniciativa tem como premissa o desenvolvimento turístico regional, baseado na cooperação entre entidades do poder público, comunidades, ONGs e trade do território. O projeto irá criar, de forma participativa, produtos turísticos voltados para agências e visitantes que integrem o patrimônio cultural e natural, gerando desenvolvimento e renda para as comunidades residentes no entorno destas unidades de conservação.

Nesta etapa, o intuito foi apresentar as principais possibilidades de passeios existentes na região e colher a opinião dos profissionais convidados sobre os atrativos e os serviços turísticos oferecidos. “A partir das contribuições levantadas, iremos aperfeiçoar a proposta e apoiar a formatação de roteiros viáveis comercialmente”, explica a analista ambiental Marcela de Marins.

Diferente dos produtos turísticos convencionais oferecidos na região, na proposta

apresentada, os cânions imponentes da Chapada Diamantina foram o plano de fundo para que a troca de experiências entre visitantes e moradores protagonizasse a cena. Isso fez a viagem superar a expectativa da maioria dos convidados, até mesmo os que já conheciam os atrativos naturais da região, como o agente de viagens Noábio Xavier, da empresa Extreme South, de Ibicoara. “O que eu vivi nesses dias foi algo inédito”, ressaltou.

Um dos pontos altos do roteiro ficou a cargo de experiências genuínas unidas à hospitalidade típica do interior, como raspar o tacho do doce, colher a fruta do pé e degustar um cafezinho artesanal. “Essa diversidade da Chapada Diamantina permite a formatação de roteiros autênticos para diferentes perfis de público”, destaca Pablo Guerreiro, da agência de turismo Extreme Eoadventure, de Lençóis. Para ele, “o turismo de base comunitária é uma novidade diferenciada que nos dá a oportunidade de aprimorar ainda mais o destino Chapada Diamantina, direcionando melhor cada visitante para o roteiro que mais almeja”.

ATRATIVOS VISITADOS

O roteiro buscou contemplar um pouco de toda multiplicidade de atrativos da região, incluindo atrativos de Itaetê, Andaraí e Nova Redenção, localizados em áreas naturais particulares, assentamentos rurais e nos parques nacional e municipal. Foram visitados desde atrativos famosos, como os poços Azul e Encantado, até locais pouco visitados, como a Gruta Lapa do Bode e a Cachoeira Bom Jardim, essa última localizada no limite entre as unidades de conservação abrangidas no projeto. As visitas foram mescladas com refeições e hospedagem na casa de moradores; visitas à casa de farinha, à fábrica artesanal de rapadura e a hortas agroecológicas; e apresentações culturais de reisado e capoeira na Casa de Cultura Rosa Preta, localizada na sede de Itaetê.

Além do modo de vida tradicional do campo, as comunidades rurais do projeto, Rosely Nunes, Europa e Baixão, possuem o diferencial de serem assentamentos de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), agregando à experiência conhecimento sobre organização social e democratização da terra.

“Conhecer esses assentamentos simplesmente mudou a minha vida. Vi pessoas felizes, unidas, dinâmicas e organizadas, convivendo em harmonia com a natureza e produzindo alimento para toda região”, declarou Tulio Saraiva, fotógrafo e membro do trade turístico de Lençóis. Esse sentimento foi compartilhado pelo grupo e está entre os objetivos do turismo de base comunitária, que é estabelecer conexões verdadeiras entre as pessoas e, assim, dirimir estereótipos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais harmônica.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O projeto visa também criar canais de comercialização via comunidades e agências, uma ação que requer a real integração entre todos os prestadores de serviços. Por isso, uma das finalidades da viagem foi promover a comunicação e a parceria entre os comunitários e o trade turístico de Andaraí, Ibicoara e Lençóis. A construção dessa rede é de suma importância para que o TBC realmente aconteça, já que “não se trata de um segmento e,

sim, de um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade”, frisa Alberto Viana, analista do Incra.

A primeira experiência do trabalho de base foi bem-sucedida e deixou expectativas positivas em quem recebeu os visitantes. “Nós estamos nos preparando há muito tempo para momentos como esse e desejamos continuar mostrando, da melhor forma possível, o diferencial de um assentamento e a beleza que é viver no campo”, conta Vera Lúcia de Oliveira, moradora do Baixão e colaboradora da pousada comunitária que existe no local.

Na viagem também estiveram presentes representantes do poder público de Andaraí e Itaetê, Conselho Consultivo do Parque Nacional e Câmara Técnica de Turismo do Circuito do Diamante.

PROJETO

O projeto foi dividido em três etapas: produção de inventário e diagnóstico do turismo local; elaboração do produto e comercialização. Todas as suas ações estão sendo realizadas com base em metodologias participativas. Ele foi aprovado pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina em edital lançado pelo ICMBio, no ano passado, destinado às unidades de conservação federais. No Brasil, estão sendo executados mais sete projetos semelhantes que irão compor um caderno de experiências em TBC do instituto.



Lais Correard

Centros discutem redução da captura incidental na pesca

Nos últimos quatro meses, ocorreram em Itajaí (SC), Rio Grande (RS), Itapemirim (ES) e Natal (RN) quatro reuniões do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) Capturas Incidentais, que visa reduzir a captura incidental e mortalidade de espécies marinhas ameaçadas na pesca, como tartarugas e aves marinhas. Os centros de pesquisa e conservação de Aves Silvestres (Cemave) e de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste (Tamar) coordenam o GTT.

Durante as reuniões, foram divulgadas e discutidas amplamente com pescadores, armadores e donos de empresas de pesca as medidas de mitigação da captura incidental de tartarugas e aves marinhas na pesca de espinhel horizontal de superfície para atuns e espadarte. Além dos profissionais da pesca, estiveram presentes nas reuniões organizações da sociedade civil envolvidas com o tema, como a Fundação Pró-Tamar e o Projeto Albatroz, além de representantes de órgãos públicos, como o Ibama.

Em uma das reuniões, o presidente do Sindicato dos Pescadores de Natal, Gabriel Calzavara, falou sobre a adoção das medidas pelo setor na região e se colocou à disposição para ajudar na implementação de normas que tornem a pesca de espinhel mais sustentável. A presença massiva de armadores e empresários da pesca demonstrou o grau de mobilização sobre o assunto.

“Podemos aproximar este setor dos gestores públicos e organizações da sociedade civil envolvidos com a conservação das tartarugas e aves marinhas impactadas por esse tipo de captura”, explica o analista ambiental do Tamar, Nilamon Leite.

NORMAS DEBATIDAS

Nos eventos, foi discutida amplamente a norma vigente desde 2015, referente à Instrução Normativa (IN) MPA/MMA nº 7/2014, que substituiu a IN MPA/MMA Nº 4/2011. A norma

estabelece medidas mitigatórias para diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul de 20° S, tornando obrigatório o uso simultâneo de linha-espanta-aves (toriline), largada noturna e regime de peso. Foram discutidas as vantagens da adoção de boas práticas para a produção pesqueira e veiculado um vídeo ilustrando as discussões (Peso Seguro – Projeto Albatroz).

Foi realizada uma exposição sobre boas práticas e medidas de mitigação da captura incidental de aves marinhas por Patrícia Serafini, analista ambiental do Cemave, em conjunto com Dimas Gianuca, do Projeto Albatroz. Após exposição sobre o risco da captura incidental de aves marinhas, diversas intervenções e comentários foram feitos pelos armadores, agentes de fiscalização do Ibama e demais presentes. Entre os pontos debatidos, esteve o aperfeiçoamento constante das normas atualmente em vigor.

Nilamon Leite, em conjunto com Bruno Giffoni, da Fundação Pró Tamar, tratou sobre o cenário da gestão pesqueira no mundo e no Brasil e apresentaram os detalhes da Portaria Interministerial nº 74/2017, que estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de tartarugas marinhas por embarcações pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira e águas internacionais.

Foi destacado na apresentação que, a partir deste mês, será obrigatório que os pescadores mantenham a bordo das embarcações ferramentas para o manejo correto das tartarugas marinhas, como desenganchador de anzóis, cortador de linha, cortador de anzol e puçá ou sarico. Também passa a ser obrigatória a utilização de anzóis circulares, que reduzem a captura de tartarugas marinhas em até 60%.

Pescadores presentes manifestaram sua preocupação em relação à presença ilegal da frota chinesa pescando em águas jurisdicionais brasileiras, ressaltando o risco tanto para a biodiversidade quanto para o setor pesqueiro. Eles também argumentaram que tiveram pouco tempo para se adaptar à Portaria nº 74, embora a mesma tenha especificado o prazo de um ano para as adequações.

“O balanço das reuniões mostrou a necessidade de se manter o diálogo acerca dessas medidas de mitigação da captura incidental com os pescadores, bem como buscar maneiras de se promover novos eventos de aproximação e troca de experiências e informações”, observou Patrícia Serafini.

O GTT espera continuar realizando atividades semelhantes junto ao setor pesqueiro, trabalhando em parceria para a realização de pesquisas e construção conjunta de normas de ordenamento que possam contribuir para que a atividade seja realizada de forma sustentável, sem afetar a produção das espécies alvo da pesca e evitando a captura de aves, tartarugas e outras espécies marinhas ameaçadas.



ICMBio Terra do Meio intensifica proteção ambiental



Combate ao desmatamento e introdução de gado na Estação Ecológica da Terra do Meio

O ano de 2017 terminou com relatórios oficiais indicando a Estação Ecológica da Terra do Meio (PA) como a quarta unidade de conservação (UC) federal mais desmatada da Amazônia. Devido a esse resultado, as ações de proteção do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Terra do Meio foram incorporadas a uma estratégia mais ampla de combate ao desmatamento na Amazônia, a Operação Integração, comandada pela Coordenação-geral de Proteção (CGPRO).

Seguindo esse planejamento, foram executadas cinco operações de fiscalização entre os meses de maio e setembro, duas por via fluvial (Medusa e Tartaruga Ninja nos rios Iriri e Xingu) e três por via terrestre (Kamikaze, Seek and destroy e Minos-tauro), buscando abranger todas as unidades do bloco. As ações visaram atender demandas como averiguação de desmatamento, grilagem de terras, introdução de gado no interior das UCs e pesca e caça ilegais, resultando em mais de 50 autos de infração, que totalizaram em torno de R\$ 35 milhões em multas e 500 hectares de áreas embargadas. Mais ações estão planejadas para este ano.

Como parte da metodologia utilizada no monitoramento ambiental, além de análise de imagens de satélite recebidas da Divisão de Monitoramento e Informações (DMIF), como Alertas Deter e Prodes, a equipe também realizou sobrevoo para averiguação de alvos de forma mais precisa. Parceiros como o Instituto Socioambiental (ISA), que também monitoram a região do baixo e médio Xingu, compartilharam informações e contribuíram nas ações. O NGI também contou com o apoio do Grupo de Bombeiros Militares de Altamira, Polícia Militar do Pará, Ibama/Altamira e colegas do ICMBio de várias localidades do Brasil. As operações foram financiadas pelo projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

REFORÇO NAS AÇÕES

Outras iniciativas também reforçaram a atuação da equipe: seleção de brigadistas, capacitações da equipe (geoprocessamento básico e operacionalização do sistema cérebro do Arpa) e participação em oficinas (Operação Integração, Oficialização do NGI Terra do Meio e Conversão de Multas). Além disso, foi realizada força tarefa para encaminhamentos

de processos administrativos relativos a infrações, com a promoção de semanas de instrução processual, com a participação de colegas de outras localidades com conhecimento na área.

Éder de Jesus, chefe de Proteção do NGI Terra do Meio, avalia que as ações de fiscalização, além de atuar contra infratores e coibir novos ilícitos ambientais, pode também induzir movimentação de processos em outras áreas relacionadas e que têm impacto na proteção das UCs. "Foi assim após a Minos-tauro, que ocorreu na Estação Ecológica Terra do Meio, em agosto. Ao final da operação, a equipe reuniu-se com os colonos e associação e recebeu demandas sobre processos estagnados em relação à regularização fundiária e

assinatura de termos de compromisso", explicou.

Já Leonardo da Silveira, chefe do ICMBio Terra do Meio, avalia que "com a formalização do NGI em abril deste ano, oportunidade em que foi alterada a estrutura organizacional e administrativa das UCs da região da Terra do Meio, houve um melhor direcionamento das atividades, inclusive aquelas relacionadas à proteção. Como o planejamento e a execução das atividades do NGI têm sido realizados de forma integrada, temos conseguido um melhor aproveitamento de pessoal e otimização de recursos, evitando sobreposição de atividades entre áreas. Isso é bem importante quando se tem uma equipe compacta como a nossa".



Embargo de pousada ilegal no rio Iriri, na Estação Ecológica da Terra do Meio

RELATOS

Para finalizar a série de relatos em comemoração ao Dia do Servidor Público, celebrado no último domingo (28/10), confira nesta semana os sentimentos que marcaram a história da analista ambiental Marina Klüppel. Com passagem pela Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, atualmente Marina é chefe da Acadebio.

Arquivo Pessoal



“Nós, servidores públicos ambientais, somos a nossa maior força!”

Quando entrei no curso de Biologia, eu queria ser geneticista, mas acabei me apaixonando pela interação entre animais e plantas, descobri que laboratório não era a minha praia e enveredei para a Ecologia. Ao me formar, não queria fazer carreira acadêmica, então, quando surgiu o concurso do Ibama, lá em 2002, é óbvio que vi uma ótima oportunidade para trabalhar com planta e bicho (a interação entre eles, para ser mais específica), mas, por uma conformação natural das oportunidades que a vida traz, e por afinidade (claro), acabei me afastando paulatinamente da Biologia em si e me inserindo cada dia mais em contextos de gestão. Gestão de recursos naturais, de território e, sobretudo, de equipes. Mas, sabe aquele dilema “fazer o que gosta ou gostar do que faz?”, sou do tipo que dá resposta positiva para as duas alternativas.

Olhando para trás, apesar de não ter formação acadêmica na área, acho que tive os melhores professores para lidar com pessoas que nenhum curso formal de Administração poderia me dar. Tive bons chefes que me ensinaram muito sobre isso. E porque sou muito grata a essas pessoas, acho muito oportuno, nesta homenagem do ICMBio ao servidor público, contar um pouco sobre elas.

Ainda no Ibama, aprendi muito com Antonio

Hummel, que era diretor de Florestas, na forma como ele lidava comigo, a confiar no trabalho da pessoa a quem você delega uma tarefa (confiança total, aliás, me colocava em cada bucha, com plena autonomia. Pensando bem, acho que ele era meio louco...).

Com Rômulo Mello, aprendi a ouvir o novo, a não temer a mudança. Trabalhei mais próxima dele quando ele foi diretor da DIBIO (vindo da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama). Observava que Rômulo estava sempre cercado de pessoas de todas as idades. Não fraquejou quando o ICMBio foi criado, abraçou o desafio (mesmo antes de se tornar presidente) e ergueu uma instituição do zero! E como sabia ouvir! Participar de uma reunião de equipe com Rômulo era um prazer! Ele falava pouco e ouvia a todos. Antigos e novos. Com atenção e sem distinção. Tinha um olhar de orgulho e afeição para com os servidores mais novos. O acolhimento que só um líder muito experiente e generoso sabe ter.

Querida fazer menção a Ivaldo Marques também, colega da Rebio Guaribas. O melhor professor de “como fazer um pedido de suprimento de fundos e não dar ruim” do mundo, mas que também é uma inspiração de intraempreendedorismo. Tem algum problema no serviço e não sabe como resolver? Liga pra ele. Se ele não achar a solução, ele sabe quem acha. E Ivaldo tem outra qualidade de ouro. Nunca, nunca, deixa de agradecer e reconhecer o trabalho das pessoas.

Com Carla Marcon, aprendi a não tomar decisões difíceis de cabeça quente. Sobretudo se forem relacionadas a pessoas. Parece óbvio, mas como a gente não faz isso, não é mesmo? E ela faz, com maestria. Vai para casa, dorme. Dá o tempo de pensar em todas as perspectivas, todas as consequências das possíveis decisões. No dia seguinte, toma a decisão. Para mim, que sou bem impulsiva, essa lição é quase um mantra que tenho que repe-

tir na cabeça, dia sim, dia sim.

Não posso não mencionar uma de minhas chefes atuais: Silvana Canuto. Ela legitima a possibilidade de se falar com o coração. E isso é muito alentador para mim, que sou naturalmente emotiva e pouco analítica. Me dá permissão para ser mais eu e considerar as emoções mais como força, e não tanto como fraqueza.

E tem mais um tanto de colegas que me inspiram, me ensinam, que não necessariamente foram meus chefes, mas que, pelo exemplo, me ajudam a construir como eu sou e como lido com as pessoas que trabalham comigo. E perceba: não é preciso concordar 100% com alguém para conseguir enxergar o melhor dele e vê-lo como exemplo! Sugiro aqui o exercício.

Assim como os colegas que me inspiram, como servidores públicos do ICMBio, penso que nos cabe também sermos exemplos para quem não é do órgão. Essa é uma perspectiva muito individual, mas respaldo esse pensamento no seguinte: temos duas camisas. A camisa ambiental, mas também a do serviço público brasileiro. São duas camisas que carregam o peso de um certo preconceito e de alguns estigmas, e que por isso mesmo devem ser vestidas com autoestima e segurança, mas também com humildade. Aceitando que o preconceito alheio, como o nome já diz, é formação de conceito sem informação e que, para mudar isso, precisamos calçar o sapato do outro, sentir onde aperta e, aí sim, dialogar.

Enquanto escrevia esse texto, em um dado momento, escutei risadas vindas do gramado detrás do bloco pedagógico da Acadebio. Ao olhar para trás, pela janela da minha sala, vi um grupo de instrutores trocando abraços, risadas e afetos. Era sexta-feira, finalzinho de expediente, e eles estão encerrando uma oficina de planejamento (uma semana de construção do futuro). Lembrei da Zuzu, no Seminário de Boas Práticas de 2017, quando disse que nós precisávamos falar mais de nós, do que fazemos (e a Zuzu estava falando do propósito vivenciado a cada dia, não de números e gráficos!), porque botamos tanto amor na fala, que só essa emoção é capaz de conquistar o ouvinte.

Claro que me revolta ver colegas entrincheirados, correndo perigo para defender uma missão tão nobre. Me entristece ver a própria missão institucio-

nal sendo desvalorizada em processos democráticos que desconsideram a questão ambiental como prioritária para a escolha de nossos dirigentes. Mas, colocando a raiva e a frustração de lado, me permito refletir sobre o que podemos fazer nessa conjuntura. Os líderes fazem a história ou a história faz os líderes? Nos dois casos, devemos assumir nossa parte de responsabilidade porque somos, cada um de nós, um líder na conservação da natureza.

Entre o paradigma da abundância e o paradigma da escassez, acredito genuinamente que nosso trabalho tem muito mais a ver com abundância. E por defender esse paradigma, acredito que sempre haverá espaço. Sempre haverá oportunidade para conquistarmos os corações daqueles que consideramos às vezes nosso pior inimigo. Sempre haverá espaço para o diálogo. Nem que seja, por um tempo, apenas com um vizinho.

Momentos como aqueles que vivenciei aqui na Acadebio me emocionam e fortalecem minha confiança em um futuro em que todos conseguirão reconhecer a importância de nosso patrimônio socioambiental. Acredito que a alegria de estarmos juntos, a cumplicidade de nos vermos uns nos outros, o reconhecimento e o orgulho que sentimos pelo colega e o acolhimento à nossa própria diversidade (de pensamentos, aptidões, gerações) falarão pelo ICMBio, será exemplo para toda a sociedade. Porque essa é a nossa maior força. Nós, servidores públicos ambientais, somos a nossa maior força!

Parabéns a cada um que sonha, batalha e busca construir uma nova realidade, ao mostrar que o desenvolvimento sustentável é possível e que, com ele, poderemos transformar nosso País por essa e pelas próximas gerações. Todo o agradecimento a todos pelo trabalho desempenhado no dia a dia, por terem transformado a questão ambiental em uma missão de vida e por dedicarem seus conhecimentos a esta causa.

Curta

ICMBio realiza fiscalização no Parna da Serra da Bocaina

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ/SP) realizou, no dia 25 de outubro, uma ação de fiscalização com apoio da Polícia Federal. A operação teve como objetivo atender denúncias de caça e loteamento no interior da unidade de conservação, na região de Mambucaba, limite entre os municípios de Paraty e Angra dos Reis (RJ). Na ação, foram desfeitas cercas de áreas do parque e identificado e destruído um rancho de caça. Nele, havia mais de 20 trabucos (armadilha de espera para animais silvestres que utiliza munição) e mais de 50 cartuchos calibre 32. Segundo José Claudio Roque, chefe substituto do parque, a caça é uma das maiores ameaças à fauna nativa da região e, ao que tudo indica, pela quantidade e tipo de material encontrado, o local era um ponto de apoio à caça comer-

cial de animais silvestres no interior da unidade. "Mais uma vez, o ICMBio, com o importante apoio da Polícia Federal, agiu para proteger os ecossistemas, a fauna e a flora do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Mata Atlântica", diz José Claudio.



A cervo Parna da Serra da Bocaina

Evento comemora 200 anos dos Altos Fornos de Varnhagen

A Floresta Nacional (Flona) de Ipanema (SP), em parceria com a Prefeitura de Iperó, comemora hoje (1º) os 200 anos dos Altos Fornos de Varnhagen, patrimônio histórico nacional pertencente aos remanescentes da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, e também o início da produção de ferro gusa em escala industrial no Brasil. A importância desse patrimônio histórico é evidenciada com o reconhecimento de Ipanema pela Associação Brasileira de Metalurgia e pela Associação Mundial de Produtores de Aço como o berço da siderurgia nacional. Ainda hoje, após 200 anos de sua criação, os remanescentes dos altos fornos geminados de Varnhagen figuram entre aqueles ainda existen-

tes, tanto no Brasil como no exterior, como um dos mais bem conservados, conforme afirmam os pesquisadores e historiadores. Para comemorar os 200 anos dos Altos Fornos de Varnhagen, uma série de atividades serão realizadas na unidade de conservação (UC). Confira na edição da próxima semana a cobertura do evento comemorativo.



Resex Riozinho da Liberdade reúne conselheiros



Representantes de 12 instituições participaram da reunião

O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista (Resex) Riozinho da Liberdade (AC) reuniu-se, recentemente, para discutir assuntos relacionados à unidade de conservação (UC). Na ocasião, foram abordados temas como Feira das Conquistas, renovação do conselho, Acordo de Gestão (criação de gado), caça com cachorro (proposta de alteração da resolução), Perfil do Beneficiário e Discussão de assuntos comunitários. A gestora Sabina Mendonça

também falou do Projeto Ecoforte Extrativismo e do edital para implantação de saneamento básico na reserva. Também foram discutidas questões como segurança, apoio aos representantes comunitários e mudança na gestão. "A reunião correu bem, como espaço democrático assegurando a gestão participativa da Resex. A avaliação final revelou 95% de aprovação e o painel mostrou que atingimos nosso objetivo! Seguimos trabalhando", ressaltou Sabina.

Portaria cria Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias

Normativa publicada em outubro criou a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias (CPar) do ICMBio, destinada a elaborar a Política Institucional de Parcerias do ICMBio, além de monitorar, avaliar e fomentar o

estabelecimento de parcerias. O grupo será formado por representantes de todas as diretorias e do Gabinete da Presidência. A portaria pode ser acessada em: <https://bit.ly/2EMAFkf>.

Resex Marinha de Soure (PA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Bruno Bimbato

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Ana Cíntia Guazzelli – Mosaico do Baixo Rio Negro; Bruno Bimbato – DCOM; Éder de Jesus – NGI Terra do Meio; Fabiana Hessel – DMAG; Havana Maduro – NGI ICMBio Roraima; Josangela da Silva Jesus – Parna do Jaú; Laís Correard – Parna da Chapada Diamantina; Marina Klüppel – Acadebio; Sabina Dessarte Mendonça – Resex Riozinho da Liberdade; Sandra Tavares – Tamar; Thiago Straus Rabello – Parna da Serra da Bocaina.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

